

# A IDENTIFICAÇÃO DE ACOPLAMENTOS ESTRUTURAIS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO PROPORCIONADA PELO ICON: Universidade Corporativa do Tribunal de Contas – TCE/SC

## IDENTIFICATION OF STRUCTURAL COUPLINGS IN ICON'S LEARNING AND TRAINING PROCESS: Tribunal de Contas Corporate University - TCE / SC

Edimeia Liliani Schnitzler<sup>1</sup>, Pablo Procópio Martins<sup>2</sup>, Aires José Rover<sup>3</sup>

---

Recebido em: 28/03/2020. Aceito em: 28/04/2020.

### Resumo

O mundo organizacional atual modificou-se de forma abrupta, tanto entidades privadas ou quanto públicas, prezam por meio de produção baseado no conhecimento a fim de obterem êxito em suas atividades. Neste contexto o processo de aprendizagem, capacitação dos colaboradores tornou-se algo fundamental. Desta forma, a proposta deste artigo é a verificar relações entre o conceito de acoplamento estrutural, da teoria da autopoiesis de Maturana e Varela (1995), com os conceitos de Universidade Corporativa por meio da apresentação de um estudo de caso. O projeto analisado como caso deste trabalho foi do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que proporciona capacitação sobre as contas e diretrizes orçamentárias à suas partes interessadas (municípios e órgão do governo do estado) e aos demais cidadãos do Estado. Desta forma observou-se que os princípios da teoria dos autores chilenos podem ser percebidos em diversos aspectos, principalmente ao contemplar todo, resultando em uma visão crítica e sistêmica para sociedade como um todo. Desta forma pode-se falar que uma possível evolução da Universidade Corporativa em Rede é a Universidade Autopoiética.

### Palavras-chave

Autopoiese; Acoplamento Estrutural; Tribunal de Contas; Universidade Corporativa.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, edililica@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutorando em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, pablopmartins@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Programas de Pós-graduação em Direito e em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, aires.rover@gmail.com.

## Abstract

The purpose of this paper is to verify relations between the concept of structural coupling, from Maturana and Varela's autopoiesis theory (1995), and the concepts of Corporate University through the presentation of a case study. The project analyzed as a case study of this work was the Court of Auditors of the State of Santa Catarina that provides training on accounts and budget guidelines to its stakeholders (municipalities and state government agency) and other citizens of the state. Thus, it was observed that the principles of the theory of the Chilean authors can be perceived in several aspects, especially when contemplating the whole, resulting in a critical and systemic view for society as a whole. Thus, it can be said that a possible evolution of the Corporate University in Network is the Autopoietic University.

### Keywords

Autopoiesis; Structural coupling; Audit Office; corporate University.

## 1 Introdução

Num cenário marcado pela forte presença da internet, em que há grande fluxo de informações e facilidades na produção e divulgação de conteúdos por meio de redes, acesso a dados abertos cada vez mais disponíveis (CASTELL; 2016), mais os cidadãos cobram de seus governantes a transparência e assim se tornam coprodutores da fiscalização de órgãos públicos e até mesmo de órgãos de controle como os Tribunais de Contas.

Desta forma não só os tribunais de contas devem estar preparados para esta interação com o meio externo como também os demais órgãos que estão ao seu redor (*stakeholders*/partes interessadas) e os atores desta sociedade. Uma solução viável para esta capacitação do ambiente atual é a proposta de uma Universidade Corporativa (FREIRE et al., 2016) que tenha a pretensão de capacitar não só os membros da organização que a fundou, mas todo o ambiente ao seu redor e, assim, tornar um ambiente co-produtor de conhecimento aplicado naquele ambiente.

A ideia de capacitação dos colaboradores de uma organização de forma sistemática e organizada como uma Universidade acadêmica é algo recente, se inicia na metade do século XX e toma força nas décadas de 1980 e 1990 (SANTOS, OTOWICZ, BASTOS, MACEDO; 2017). Essa perspectiva surge por conta das lacunas existentes na formação dos “bancos universitários clássicos” não contemplam muitas vezes a realidade do mercado. Esse cenário fica mais evidente em países como o Brasil, apesar de ser uma das maiores economias mundiais, tem um dos piores desempenhos no índice PISA - *Program for International Student Assessment* (CASTRO: EBOLI; 2013).

Esse projeto justifica-se por conta que nos últimos anos, vem acontecendo um maior envolvimento da sociedade civil em participação de projetos sociais, geralmente usufruindo da estrutura dos portais eletrônicos e dos observatórios de mídia que é possível a integração da sociedade no conhecimento das informações e na defesa dos direitos dos cidadãos (REBOUÇAS: CUNHA; 2010).

Esse mundo complexo sugerido acima, o qual se vive atualmente, pode ser bem interpretado pela teoria da *Autopoiesi* de Maturana e Varela (1995), em que o mundo é visto de uma forma sistêmica, e trocas são executadas com o meio para propiciar a manutenção da fenomenologia do sistema e a conservação de sua unidade. Observando pesquisas recentes sobre o tema, em base de dados acadêmicas confiáveis, não se percebe a preocupação da aproximação dos temas de processo de aprendizagem e a teoria autopoiese, e os acoplamentos estruturais.

Dentro desta teoria, autopoiesis, há um conceito fundamental, que é o acoplamento estrutural é: “quando ocorre uma interação não destrutiva – meio e unidade se perturbam e desencadeiam mudanças mútuas de estado”, esse processo é contínuo. (MATURANA; VARELA, 1995, p. 133).

Então, este trabalho tem como principal objetivo verificar relações entre o conceito de acoplamento estrutural, da teoria da autopoiesis de Maturana e Varela (1995), com os conceitos de Universidade Corporativa por meio da apresentação de um estudo de caso.

## 2 Fundamentação Teórica

Esta seção será o alicerce para que os autores possam efetuar suas análises nas fases posteriores deste trabalho.

### 2.1 *Autopoiesi e Acoplamento Estrutural*

O artigo que dá origem ao conceito de autopoiesi surge sobre o questionamento de que é a vida? Quando se tem vida ou não vida? Isso porque na época, havia a corrida espacial e este tipo de questionamento era fundamental para saber sobre a possibilidade de vida em outros planetas.

Para Maturana e Varela (1995) o conceito de um construto análogo é aquilo que pode ser representado, enquanto o digital é discricionário, longe da realidade, como por exemplo a foto na tela é uma representação digital do mundo real. Para os autores, a autopoiesi é uma construção, de algo em movimento, então não se concebe trabalhar com verdades absolutas, e sim, com verdades relativas.

A diferença para um formigueiro, é que nossas condutas sociais se baseiam mais na história do sujeito (ontogenia) que a história da espécie (filogenia), pois ontogenia é a história da mudança estrutural de uma unidade sem que essa perca sua organização, já filogenia é a história da estirpe celular correspondente, exemplo como o homem pré-histórico chegou até o homem moderno (MATURANA; VARELA, 1995).

Um conceito muito latente na teoria de Maturana e Varela (1995) é a fronteira, todo ser vivo tem seus limites e fronteiras estabelecidos por suas células, e estas por suas membranas. Mesmo que elas sejam porosas e façam trocas com o ambiente, constituem o limite do ser vivo.

Ao se considerar a ontogenia de duas ou mais unidades autopoieticas vizinhas em seu ambiente de interações pode se presumir que ocorre trocas entre elas e o meio. Elas podem ter suas ontogênias acopladas quando suas interações adquirem um caráter recorrente ou

muito estável. Nós como observadores, podemos afirmar que o acoplamento estrutural das células ao meio consente suas interações recorrentes com os íons que o meio possui (MATURANA; VARELA; 1995).

O acoplamento estrutural celular demanda que tais interações ocorram somente com certos íons, logo, se forem introduzidas no meio diferentes íons, as mudanças estruturais que estes desencadeariam na célula poderiam interromper a autopoiese. Maturana e Varela (1995, p. 113) perguntam: “Mas, por que a autopoiese se realiza em cada tipo celular com a participação de apenas um certo tipo de interações regulares e recorrentes, e não de outras?” Só encontramos resposta na filogenia ou história da estirpe celular correspondente. O tipo de acoplamento estrutural atual de cada célula é a posição presente da história de transformações estruturais da filogenia na qual cabe. Os autores citam ainda:

O acoplamento estrutural ao meio como condição de existência abrange todas as dimensões de interações celulares e, portanto, também as que incluem outras células. As células de sistemas multicelulares normalmente existem somente estando estreitamente agregadas a outras células como meio de realização de sua autopoiese. Tais sistemas são resultado da deriva natural de linhagens em que essa estreita agregação se conservou (MATURANA; VARELA, 1995, p. 113).

Para os autores uma unidade metacelular é o acoplamento em que as células participantes conservam seus limites individuais, (...) toda unidade em cuja estrutura podemos distinguir agregados celulares em acoplamentos estreitos.

Para Maturana e Varela (1995) o Direito não é autopoietico, assim como a sociedade porque são sistemas abstratos e não biológicos. Esses entes podem ser considerados como sistemas sociais, compostos por seres autopoieticos de terceira ordem o que os define como o que são, enquanto sistemas sociais, não é a autopoiese de seus componentes, mas a forma de relação entre os organismos que os compõem.

Do mesmo modo, a teoria da autopoiese é replicada por outros autores, Morin e Moigne (2004) falam sobre a estabilidade do fluxo organizacional, que pode ser encontrado em qualquer ser vivo, eles defendem que os seres vivos possuem a dinâmica de fluxo energético o que permitem organização pela regulação e sobretudo pela recursão, pela auto reprodução de si mesmos. O sistema social é formado por organismos em interações recursivas em domínio de concordância recíproca.

Segundo Maturana e Varela (1995) a organização é permanente no tempo aquilo que se modifica ao longo dos anos é a estrutura. O cachorro não deixa de ser cachorro com o tempo, ele apenas modifica sua estrutura.

A tese central do livro *Arvore do Conhecimento* de Maturana e Varela (1995) é que vivemos num mundo o qual fizemos parte dele em conjunto com outros seres vivos, e, portanto, compartilhamos com eles o processo vital de construção deste mundo, portanto vivemos em um sistema social.

Uma sociedade é conservadora, pois tenta sempre preservar sua organização, as características dos componentes que a originam. Sendo que isso também ocorre no sistema social humano. O que diferencia os humanos dos demais animais é seu linguajar que surgiu, em algum momento, a milhões de anos atrás. Maturana (1997, p. 205- 206), assegura que não existe humano fora do social. A genética não determina o humano, apenas funda o

SCHNITZLER, Edimeia Liliani; MARTINS, Pablo Procópio; ROVER, Aires José. A identificação de acoplamentos estruturais no processo de aprendizagem e formação proporcionada pelo ICON: Universidade Corporativa do Tribunal de Contas – TCE/SC. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 40-58, 2020.

“humanizável”. O mais importante fato é que Maturana não alcança a sociedade como um sistema autopoietico, pois para ele, a sociedade é um aglomerado de organismos, o que não define sistema social.

Varela pensa como Maturana quando o assunto é teoria social, afirmam que não observam como a definição de autopoiese pode ser diretamente conduzida para uma variedade de outras situações, como sistemas sociais. Entretanto não descarta que, partindo da autonomia dos seres vivos, se organize uma caracterização da autonomia em geral, mas quanto à caracterização de certos sistemas humanos como autopoieticos. Já para Alves (2001) citando Varela (1989, p. 85) afirma: “Eu penso que essas caracterizações repousam sobre erros de categorias. Elas confundem a autopoiese e a autonomia”.

O fenômeno da comunicação pode ser compreendido da perspectiva dos acoplamentos sociais, destacado por Alves (2001) quando ressalta a perspectiva de Maturana e Varela (1995, p.165) sobre a comunicação:

Toda vez que há um fenômeno social, há um acoplamento estrutural entre indivíduos e, portanto, como observadores podemos descrever uma conduta de coordenação recíproca entre eles. Vamos entender como comunicação ao mútuo engatilhado de condutas coordenadas que se dá entre os membros de uma unidade social (MATURANA: VARELA, 1995, p. 165).

Para Maturana, a comunicação é uma classe particular de condutas no operar dos organismos em sistemas sociais; ela é assim um acoplamento estrutural e não um sistema autopoietico como muitos autores pensam. O fenômeno da comunicação depende do que se passa com quem a recebe, ou seja, em Maturana e Varela (1995, p.169), “cada pessoa diz o que diz e ouve o que ouve segundo sua própria determinação estrutural”.

A ideia central da autopoiese é a dinâmica existente de um ser vivo não pode ser vista apenas por partes, mas sim caracterizada por um olhar do sistema todo complexo, ou seja, o todo é maior que a soma das partes.

## 2.2 *Transparência, Tribunal de Contas e a Filogênese da Universidade Corporativa Autopoietica*

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma baliza muito importante ao processo democrático brasileiro, ampliando o conceito de público e como os servidores da administração pública devem servir a comunidade.

Neste contexto, a publicidade e a transparência viabilizam essa relação do interesse público e do interesse social.

O princípio da transparência teve origem na Lei maior: a Constituição Federal, no inciso II do § 3º de seu art. 37 c/c com o art. 5º inciso XXXIII, ao abordar a necessidade de disciplinamento das formas de participação popular na administração pública, enfatizou o acesso da população a registros administrativos e a informações sobre os atos de governo.

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

[...]

SCHNITZLER, Edimeia Liliani; MARTINS, Pablo Procópio; ROVER, Aires José. A identificação de acoplamentos estruturais no processo de aprendizagem e formação proporcionada pelo ICON: Universidade Corporativa do Tribunal de Contas – TCE/SC. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 40-58, 2020.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

[...]

II- o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

Já a transparência da gestão fiscal, surgiu com a vigência da Lei Complementar n. 131/2009 e Decreto Federal n. 7.185/2010. Para ampliar a transparência, abrangendo produção e divulgação de informações, promulgou-se a Lei Complementar n. 101/2000.

No entanto, deve-se entender que transparência não é apenas disponibilizar dados, porém fazê-lo em linguagem clara e acessível a toda a comunidade interessada. Desse modo oferecer transparência é avocar a coletividade para participar das direções do Estado, é motivar a decisão tomada, é consentir ao cidadão a oportunidade de fazer parte do processo de mudanças por meio de políticas públicas que atendam as reais necessidades da comunidade (IOCKEN, 2018).

Para Maturana (1995), uma forte hierarquia presume o aparecimento maior do poder, mas não constitui, exatamente, a legitimação do poder. Ele acredita ser possível a construção de uma hierarquia por meio de uma relação amorosa. O que permite acreditar que o poder público pode construir uma relação de amor com seus cidadãos, por intermédio de uma relação honesta, transparente e eficaz.

O autor alega, também, que amar é legitimar o outro na relação, o que pode ser considerado nessa relação Poder Público-cidadão, quando há resolubilidade de políticas públicas, permitindo mais gerencialismo e, possivelmente mais eficiência e produção de conhecimentos o que leva a autopoiese de Maturana.

Para uma melhoria na gestão pública, com maior transparência, mais participação social e a necessidade de melhorias nos serviços públicos, evidencia-se a importância da discussão sobre uma política de abertura de dados governamentais, e, para tanto, a liberação de dados abertos.

A coprodução de bens e serviços públicos é fundamentada em recíproco e ativo engajamento entre governo e os cidadãos, individualmente ou ligados a organizações econômicas, estabelecidas em parceria ou redes (SCHOMMER, 2011).

Qualquer um dos elencados no artigo citado, podem encaminhar notícias de irregularidades ao TCE, pois em sua lei orgânica há a instituição de competências, para decidir sobre denúncia de irregularidades.

O artigo 65 da Lei orgânica do TCE/SC, elenca critérios para a formulação de denúncia e também em seu Regimento Interno (Resolução n. TC 06/2000) que em seu artigo 95 e seguintes asseveram: referir-se à assunto de competência do Tribunal; referir-se a administrador ou responsável sujeito a sua jurisdição; ser grafada em linguagem clara e objetiva; encontrar-se acompanhada de indício de prova; conter o nome legível e assinatura do denunciante, sua qualificação e endereço.

Segundo Miragem (2011), o acesso à informação pelo cidadão permite o exercício do controle social, por meio da disponibilização a informações sobre a ação dos órgãos e entes estatais de maneira a consentir, questionar, debater e impugnar decisões adotadas por agentes públicos.

A informação verídica capacita os cidadãos e, deste modo leva ao poder público valores mais democráticos e confiáveis (Grimmelikhuijsen, 2012, Meijer, 2009).

Verificou-se que a maioria das informações divulgadas pelos governos estaduais e municipais tem como fundamental finalidade atender a legislação vigente, principalmente em relação as notas da categoria prestação de contas e, portanto, foi a que mais se evidenciou positivamente. Tal fato evidencia o papel da legislação na mudança dos destinos de práticas e comportamentos dos governos (COELHO, SILVA, CUNHA, TEIXEIRA, 2018).

O conceito de filogenia, oriundo da Biologia, conjunto de modificações sofridas por uma espécie para adaptar-se ao seu meio, é utilizado por Castro e Eboli (2013) para apresentar a evolução existente na área de capacitação dos colaboradores em uma organização. Esses autores colocam que a primeira “espécie” que dá origem as demais variações são os Centros de Treinamento e Desenvolvimento.

Uma universidade organizacional clássica, como a proveniente da lanchonete McDonalds, geralmente possui uma missão de reprodução da cultura daquela organização. Para esse objetivo um processo de educação continua é capaz de transformar conhecimentos em ação direta para o negócio. Pelo fato dos colaboradores que passam por esse tipo de educação continua ganharem valores operacionais como disciplina e valores do trabalho, eles passam a ser valorizados no mercado de trabalho. Esse movimento descrito por Castro e Eboli (2013) é caracterizado como a segunda etapa da filogênese das Universidades Corporativas.

A partir dos anos 2.000, o fator de produção mais valorizado passou a ser o conhecimento, então, segundo Freire et al (2016) as organizações repassaram autonomia de capacitação aos seus colaboradores e descentralizar a Gestão de Pessoas para os líderes, assumindo um papel estratégico para organização.

Então, o movimento existente nesta área é que passasse ao desenvolvimento de capital humano alinhado ao capital intelectual organizacional e à capacidade absorptiva de conhecimentos oportunizados em redes de relacionamentos internos e externos para a criação, tratamento, integração, transferência, proteção e exploração de ativos de conhecimentos Freire *et al* (2016) *apud* (Teece, 2000).

Uma característica do modelo brasileiro de Universidades Corporativas é a utilização com parcerias com Universidades Tradicionais para desenvolvimento de seus cursos, essa perspectiva, segundo Castro e Eboli (2013), é baseada no modelo norte americano, contrasta com esse modelo o Francês com uma estrutura de docentes próprios, enaltece aspectos sociais e ambientais.

Segundo a constituição de 1988, os entes federados devem manter escolas de governo a fim de formar e aperfeiçoar seus servidores públicos (BRASIL, 1988).

Hoje, no Brasil existe uma iniciativa de uma Rede Nacional de Escolas de Governo que prezam por aumentar a eficácia das instituições que trabalham com a formação dos servidores públicos nas três esferas do governo nacional (SANTOS *et al.*; 2017). Essa rede representa 262 instituições, sendo 37% do nível federal, 39% estadual e os demais 24% no nível municipal.

Uma das vantagens de uma Escola de Governo ou Universidade Corporativa em comparação as Universidades tradicionais, conforme o pensamento de Castro e Eboli (2013), é a maior celeridade para proposição de novos cursos, forma e duração como estes irão ocorrer por não haver amarrar legislatórios ou órgãos reguladores que os inspecione.

Conforme Santos *et al.* (2017) o Tribunal de Contas de Santa Catarina concebeu a primeira iniciativa de pós-graduação, *latu sensu*, com intuito de tornar mais eficaz seus processos de controle das contas públicas do Estado. Essa iniciativa por sua complexidade, parcerias e abertura a comunidade pode ser considerada uma iniciativa de Universidade Corporativa. O público alvo desta iniciativa foram os servidores que exercem atividades na Administração Pública de Santa Catarina e em áreas de controle interno, contabilidade, licitações e contratos, planejamento e execução orçamentária, além de atos de pessoal.

O curso iniciou suas atividades em setembro de 2014, com um escopo total de 378 horas aulas. As disciplinas obrigatórias foram: (1) Direito Constitucional; (2) Orçamento e Finanças Públicas; (3) Direito Administrativo; (4) Contabilidade Pública; (5) Administração Pública; (6) Controle em Prestação de Contas; (7) Controle em Licitações e Contratos; (8) Controle em Obras Públicas e; (9) Auditoria Operacional e de Meio Ambiente (SANTOS *et al.*; 2017).

Em síntese, deve-se ter claro que a ideia de Universidade Corporativa não tem um fim social de propagar a educação superior à sociedade, porém ela tem seu "papel social", como prega Castro e Eboli (2013), produzir, ser competitiva, dar lucro, investir e crescer. Isto é formar pessoas propenso a colaborar neste "papel social".

Autores mais recentes, Freire *et al.* (2016), propõe a ideia de Universidade Corporativa em Rede como evolução das Universidades Corporativas e/ou Escolas de Governo. Para estes autores esta concepção, com origem nas sociedades norte-americana e europeia, surge da percepção de que há lacunas de conhecimentos nos corpos funcionais de suas organizações, então, um projeto aberto de Universidade Corporativa facilitaria a capacitação de todo o meio ambiente da organização.

O ensino corporativo que se desenvolve no Tribunal de Contas por meio do ICON pode ser considerado objeto de acoplamento estrutural entre as duas instituições, pois os servidores do TCE e outros *stakeholders* ao gerarem, difundirem e fixarem conhecimentos vão gerar autopoiese do grupo. O acoplamento estrutural faz com que duas bibliotecas distintas sejam diferentes por causa dos acoplamentos estruturais que sofreram ao trocarem conhecimentos.



### 3 Métodos

Este trabalho tratou de um estudo de caso exploratório, descritivo e de abordagem qualitativa. Segundo Yin (2010), o estudo de caso exploratório é aquele que tem por principal finalidade conduzir novos estudos à generalização, ou seja, consiste em estudo que busca a primeira etapa como forma de se chegar à construção de uma nova teoria.

Por preocupar-se em descrever as características do fenômeno e da população existente no caso apresentado essa pesquisa também pode ser classificada como descritiva (GIL, 2006).

Trata-se, assim, de espécie de estudo de caso que visa, em resumo, aprofundar o entendimento de um fenômeno que foi pouco investigado (YIN, 2010). O autor menciona que o estudo de caso pode ser definido, como sendo o conhecimento empírico que averigua o fenômeno no contexto da realidade, quando os alcances entre fenômeno e contexto não são claramente definidos e existem várias fontes de evidências. O autor frisa que é importante, nesse caso, que a revisão da teoria seja feita preliminarmente à coleta de dados, evidenciando-se uma base teórica que determinará quais dados devem ser coletados e como deverão ser analisados.

A pesquisa foi descritiva, pois se procurou observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem que houvesse qualquer tipo de manipulação por parte do pesquisador, ou seja, “[...] descobrir, com a precisão possível, a frequência em que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características” (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 49). O período de observações desta pesquisa deu-se de abril a junho de 2019, no ambiente da organização, nos documentos internos e em seu site.

As técnicas de pesquisa utilizadas nesse trabalho foram: análise documental e observação *in loco*. As fontes documentais consistiram em pesquisas realizadas em materiais já existentes na organização (RICHARDSON, 1999), ou seja, foram aqueles dados obtidos sobre transparência, e fornecidos pela organização em estudo, como, por exemplo, políticas da empresa, normas, relatórios, manuais, atas de reuniões, apresentações e relatórios.

A observação *in loco*, segundo Yin (2010), ocorreu no ambiente em que se desenvolveu o estudo de caso, dando a oportunidade para as observações diretas e nas quais condutas relevantes ou condições ambientais ficaram disponíveis. Essas observações se prestam, ainda, como fonte de evidência para o estudo de caso e ocorreram em reuniões e no ambiente de trabalho.

### 4 O caso: TCE/SC e o seu Instituto de Contas

Esta seção fará uma descrição do caso do Instituto de Contas, Escola de Governo (Universidade Corporativa) do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

#### 4.1 Caracterização da organização pesquisada

Mafrá (2014) caracterizam o Tribunal de Contas de Santa Catarina como uma instituição com a missão de fiscalizar os atos da administração pública. Essa missão é prevista na letra da Constituição Estadual e é simétrica a constituição federal.

SCHNITZLER, Edimeia Liliani; MARTINS, Pablo Procópio; ROVER, Aires José. A identificação de acoplamentos estruturais no processo de aprendizagem e formação proporcionada pelo ICON: Universidade Corporativa do Tribunal de Contas – TCE/SC. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 40-58, 2020.

Agora sua missão organizacional, construída por sua gestão, é: “Controlar e contribuir para o aprimoramento da gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade catarinense” há uma ampliação de horizontes da perspectiva da legislação, um controle afim de trazer benefícios ao povo catarinense. Na mesma linha pode-se perceber a visão organizacional: “Ser uma instituição essencial no controle da gestão dos recursos públicos”.

Logo onde houver um fenômeno social, ocorrerá um acoplamento estrutural entre os indivíduos e, assim, como observantes podemos apresentar uma conduta de coordenação recíproca entre eles. Compreendendo como uma comunicação ao mútuo entrelaçamento de condutas coordenadas que ocorre entre os elementos de uma unidade social.

Com sede em Florianópolis, a capital do Estado de Santa Catarina, o TCE/SC possui cerca de 500 servidores, entre efetivos e comissionados, sete conselheiros e três auditores substitutos de conselheiro. O pleno é composto pelos conselheiros, este órgão é responsável pelas decisões do Tribunal, já a figura dos auditores é descrita no regimento do tribunal como substitutos imediatos dos conselheiros. A maioria dos demais servidores são auditores fiscais de controle externo.

Para cumprir sua missão e visão o tribunal organiza seus processos administrativos conforme os objetivos, essa divisão é formalizada pela portaria 638/2007 que divide em tipos e espécies.

O instituto não possui uma sede própria. Os eventos, cursos e especializações organizadas por ele acontecem no auditório do tribunal, o ponto positivo desta característica é a facilidade de deslocamento para os servidores do TCE como também para os atores externos gera-se uma oportunidade de conhecer as dependências do tribunal gerando uma maior empatia o que facilita o compartilhamento de conhecimento.

Por outro lado, manter as capacitações nas próprias dependências pode fazer com que os servidores, atores internos, não consigam estar em completo foco e com a sensação de “prontidão”.

#### 4.2 *ICON – Instituto de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina*

O ICON foi criado pela Lei Complementar nº 202/2000, a qual promove a política de educação corporativa do Tribunal Estadual, realizando cursos de formação, qualificação e capacitação para os servidores da Instituição e gestores dos municípios deste estado. A instituição de educação corporativa organiza eventos para disseminar conhecimentos técnicos da Gestão Pública por meio de fóruns, seminários e palestras ([www.tce.sc.gov.br/icon](http://www.tce.sc.gov.br/icon)).

##### **A missão do ICON é:**

“Promover o desenvolvimento e a excelência na qualificação e no aperfeiçoamento de profissionais nas áreas de interesse do Tribunal de Contas”.

Levando em conta a missão do ICON por meio da realização de cursos de formação, qualificação e capacitação para os servidores do Tribunal de Contas e gestores dos municípios catarinenses que ocorre com intensa comunicação mútua entre esses elementos.

Para Maturana e Varela (1995) a comunicação é uma categoria particular de condutas no agir dos organismos em sistemas sociais; logo ela é assim um acoplamento estrutural e não um sistema autopoietico como muitos autores pensam. Então o ICON produz esses acoplamentos estruturais quando produz comunicações por meio de cursos para seus servidores ou palestras para as comunidades e outras atividades de trocas de informações.

O ICON delinea um Plano Anual de Capacitação em que executa vários eventos que vão de workshops como “A nova Contabilidade Aplicada ao setor público”, destinado ao público interno, a debates como “TCE em Debate” apresentado ao público interno e externo no ano de 2019. A instituição promove também treinamento para os municípios sobre adequação dos orçamentos (PPA, LDO e LOA) às metas do Plano Nacional de Educação, destinados servidores públicos municipais ([www.tce.sc.gov.br/icon](http://www.tce.sc.gov.br/icon)).

Outro evento anual importante é o Ciclo de Estudos de Controle da Administração Municipal destinado a agentes públicos (Prefeitos, Vice-prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, Controladores, Contadores e demais servidores municipais) em que participaram 3.000 pessoas, neste ano. Neste evento são fornecidos conhecimentos em relação a todas as áreas da administração pública para auxiliar aos agentes públicos, de todos os municípios, a efetuarem seus relatórios e serviços públicos da melhor maneira possível. O evento é realizado em vários municípios ([www.tce.sc.gov.br/icon](http://www.tce.sc.gov.br/icon)) produzindo uma grande gama de comunicações.

O que permite a explicação do fenômeno da comunicação que depende do que se passa com quem a recebe, ou seja, em Maturana e Varela (1995, p.169), “cada pessoa diz o que diz e ouve o que ouve segundo sua própria determinação estrutural”. Fenômeno que ocorre em larga escala no ICON.

São realizadas Pós-graduações, desde 2013, quando o TCE/SC obteve o credenciamento do Conselho Estadual de Educação para atuar como Escola de Governo, com competência para oferecer cursos de pós-graduação lato sensu para servidores da instituição e para gestores públicos catarinenses. As especializações dos TCE/SC têm capacidade para formar especialistas com aptidões de identificar circunstâncias que constituem descumprimento dos princípios da legalidade, da economicidade e da legitimidade na utilização de recursos públicos que foi o objetivo do primeiro Curso de Especialização em Controle Público. O diploma obtido por esses cursos tem validade em todo território nacional. O curso foi disponibilizado para servidores que exercem atividades na Administração Pública em áreas de controle interno, contabilidade, licitações e contratos, planejamento e execução orçamentária.

Já especialização Fundação Escola de Governo (ENA), a exemplo, ocorreu em decorrência da necessidade de aperfeiçoamento da análise de concessões de serviços públicos que encorajou o Tribunal de Contas de Santa Catarina a ministrar aos servidores a especialização “Controle Externo nas Concessões de Serviços Públicos”. Tal especialização foi desenvolvida entre o Instituto de Contas do TCE/SC em parceria com a Fundação Escola de Governo (ENA).

## Especialização Interação TCE e Sociedade

Por intermédio do programa TCE Sociedade, criado pela Portaria nº TC 069/2015, são produzidas ações para fortalecer a interação permanente e progressiva do Tribunal por meio do ICON com representantes de organizações civis, estudantes, conselheiros municipais, agentes públicos e outros atores dos seus públicos estratégicos. O TCE/SC por meio desse programa objetiva ampliar a interação com a sociedade do estado e estimular o controle social, em favor de resultados mais efetivos na fiscalização dos gastos e na gestão dos recursos públicos. Este Programa é desenvolvido por meio de três atuações principais: Portas Abertas, TCE na Escola e Cidadania Ativa.

Portas Abertas disponibiliza aos servidores internos e externos, eventos como: o III Fórum sobre educação “O processo de Melhoria Contínua da Educação” que estão com inscrições abertas nesse período, bem como “Práticas de Gestão Pública” para utilização dos recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA). Portas Abertas disponibiliza palestras e cursos que são ministrados em outros municípios, além de Florianópolis, a exemplo palestra em São Miguel do Oeste, Ararbutã e Joinville.

O ICON por meio de cooperação realiza convênios e parcerias para promover troca de informações com a comunidade ou a sociedade civil organizada. Dessa forma o ICON, desenvolve cursos, auxilia grupos de pesquisa e ajudas técnico-científicas, assim como a realização de intercâmbios e cumprimento de projetos. Exemplo dessas cooperações, o ICON firmou convênios com a Universidade do Vale de Itajaí - UNIVALE e a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC em que vários servidores do TCE/SC se formaram em Mestrados Profissionais e Mestrados Acadêmicos. Os servidores do Tribunal se capacitaram em mestrados da área de Direito, Políticas Públicas, Administração, Informática além de pós-graduações de curta duração. “TCE na Escola” foi criada em 2010, esta ação apresenta como objetivo: “Fomentar o interesse das novas gerações por fiscalizar o uso dos recursos entregues aos governos na forma de impostos”.

Foram premiados 34 da etapa regional e 3 vencedores da etapa estadual, os quais receberam como premiação: máquinas fotográficas, *netbooks*, microcomputadores e viagem a Florianópolis.

Foram realizados concursos de redação nos anos de 2010, 2013, 2014 e 2017, com os seguintes temas:

- Tribunal de Contas – Orientar e fiscalizar a aplicação do dinheiro público em favor da sociedade;

Esse tema procurou estimular os estudantes a conhecerem as ações do tribunal.

- O papel do Tribunal de Contas e do cidadão no combate ao desperdício do dinheiro público;

Aqui buscou se estimular o debate sobre a qualidade dos gastos dos governos e as estruturas de combate ao desperdício dos recursos públicos.

- Corrupção – E eu com isso?

Já nesse tema procurou gerar a discussão dos aspectos que envolvem a corrupção e os azares sobrevivendo desta prática e colaborar para a consolidação de uma cultura de responsabilidade cidadã.

- Transparência e Cidadania.

A pretensão é demonstrar a importância da transparência como ferramenta para que o cidadão possa desempenhar o controle da gestão pública. É obrigatório que todas as prefeituras apresentem seus demonstrativos contábeis e resultados da gestão em seus sites. O estado de Santa Catarina possui 295 municípios e todos são obrigados a divulgar qualquer lei que foi inovada e os atos do gestor público devem ser demonstrados por meio de demonstrativos de receitas e despesas e onde foi gasto apresentando nos portais eletrônicos por meio de dados abertos. Se o que foi prometido nas eleições realmente está sendo cumprido? O cidadão pode verificar e cobrar denunciando irregularidades ao tribunal por meio da ouvidoria do tribunal. Se for constatada a irregularidade o gestor público é obrigado a restituir aos cofres públicos ou receber uma multa dependendo do caso.

### **Mídias do ICON**

#### a) Biblioteca Conselheiro Nereu Corrêa

O ICON é responsável pela Biblioteca Conselheiro Nereu Corrêa, e começou a funcionar no mesmo ano da instalação do TCE/SC em fevereiro de 1956. Tem por missão e visão respectivamente:

- Oferecer informações em doutrina, legislação e jurisprudência necessárias à atividade judicante e administrativa do Tribunal.
- Processar informações e produzir conhecimento.

A biblioteca possui mais de 11.000 volumes que abordam: Administração Pública;

Auditoria; Contabilidade Geral, de Custos e Pública; Controle Externo; Corrupção; Direito Administrativo, Constitucional e Tributário; Licitações e outros. No ano de 2002 criou-se um setor destinado a autores e temas do estado catarinense e acolhendo produções dos próprios servidores do TCE/SC.

A biblioteca disponibiliza aos servidores livros para empréstimos, faz reservas e aceita consultas físicas e virtuais por intermédio de sistemas de informação inteligentes. Realiza intercâmbio constante com outras bibliotecas para pesquisas e consultas. Além disso, a biblioteca possui um ambiente virtual muito variado que fica disponível para o público externo, tendo como primazia a comunidade acadêmica.

#### b) Portal eletrônico do ICON

O portal eletrônico do Instituto de Contas possui sessões personalizadas aos utilizadores para conduzir a determinados serviços, no entanto, essa personalização não é efetiva para todo portal, apenas para seção em questão como por exemplo: "Meus Eventos". Mesmo sendo uma organização disposta a propagar conhecimento nas áreas de interesse do Tribunal de Contas, não restringindo a somente seus servidores, os formulários de

SCHNITZLER, Edimeia Liliani; MARTINS, Pablo Procópio; ROVER, Aires José. A identificação de acoplamentos estruturais no processo de aprendizagem e formação proporcionada pelo ICON: Universidade Corporativa do Tribunal de Contas – TCE/SC. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 40-58, 2020.

inscrição nos cursos são formatados com campos destinados aos servidores e os demais acabam adaptando-se ao formulário.

É possível perceber no portal eletrônico do Instituto uma preocupação em manter a memória da organização com uma seção de histórico de todos os cursos (“Educação Corporativa e Especialização) realizados até o momento, com um relatório que explicita data da realização, carga horária e ao final desta narrativa são totalizadas a carga horária de capacitação realizada até hoje, 835 horas.

No entanto, como ponto fraco neste quesito foi verificado que na seção de “Relatórios” há uma descontinuidade: a primeira ruptura é com a organização e formato dos relatórios apresentados (até o ano de 2009 formato Word®, até 2015 formato pdf; segunda ruptura é que após o ano citado os relatórios não foram mais apresentados. Cabe salientar que os formatos apresentados não são considerados ideias para “aprendizado de máquina”, ou seja, práticas fora do padrão de dados aberto e conectados.

No portal não há *links* “quebrados” gerasse um clique sem resultados, sem uma nova página aberta, porém na seção “Cooperação” há uma página sem conteúdo algum, nos dias em que esta pesquisa fez a observação, período de abril a junho de 2019.

Nesta seção na última coluna é visível um ícone azul com a letra "i" no centro, ao clicar ali tem-se acesso a maiores informações sobre o curso daquela linha do relatório: data, local, horário, objetivo, público alvo e palestrantes.

Neste ambiente também a preocupação com boas práticas de governo eletrônico visto que na coluna esquerda da tela há dois ícones para acionar dispositivos de audio descrição destinado a pessoas com deficiência visual e no mesmo setor do site outro ícone para acionar outro dispositivo para ativar o recurso de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, quando o site executar sons, músicas e outros sons.

## 5 Análises e discussões

Após a exposição do caso do Instituto de Contas, proposta de Escola de Governo aberta às partes interessadas do Tribunal de Contas de Santa Catarina e até mesmo de quaisquer outros atores, cidadãos que estejam dispostos a aprender, fiscalizar e co-produzir sobre as contas dos municípios que vivem é possível perceber diversas características que as diferenciam do Departamento de Treinamento (tradicional), que alguns atributos estariam mais próximas das Universidades Corporativas/Escolas de Governo, no entanto, por sua abertura com o meio ambiente a qual está inserida essa “nova” escola de governo é muito próxima da descrição feita por Freire *et al* (2016), Universidade Corporativa em Rede, e neste estudo sendo chamada de Universidade Autopoiética.

A percepção que a proposta deste órgão de capacitação do TCE/SC está próxima da uma perspectiva aberta como de uma Universidade Corporativa em Rede ou a proposta Universidade Autopoiética se dá por conta da missão do Instituto, que fala em “profissionais nas áreas de interesse do Tribunal de Contas” e não apenas em servidores do órgão. Isto quer dizer pensamento na qualificação de todos o ambiente que envolve o TCE/SC.

Além da ruptura com o ambiente interno da organização, a nova Universidade Corporativa tem outras características marcantes que podem ser visualizadas no quadro abaixo. São elas:

Quadro 1 - Principais componentes da mudança no sentido da aprendizagem baseado na teoria autopoiesis.

<b>Departamento de Treinamento</b>	<b>Universidade Corporativa/ Escolas de Governo</b>	<b>Universidade Autopoiética</b>
Foco reativo	Foco proativo	Foco mutante ao meio
Organização descentralizada	Organização centralizada	Organização sistêmica
Alcance tático	Alcance Estratégico	Alcance Estratégico
Responsabilidade baixa	Responsabilidade Administração	Responsabilidade compartilhada
Apresentação do conteúdo feita pelo instrutor	Apresentação do conteúdo absorvida pela experiência com várias tecnologias	Apresentação do conteúdo compartilhada pela experiência dos colaboradores de forma ativa
Responsável pela capacitação é o Diretor de Treinamento	Responsável pela capacitação são os gerentes das unidades de negócio	Responsável pela capacitação são todos os colaboradores de forma independente e coesa com a missão da organização
Audiência: Público-Alvo Amplo/Profundidade Limitada	Currículo Personalizado por Famílias de Cargo	Currículo Personalizado pelos colaboradores de forma independente e coesa com a missão da organização
Inscrições sempre abertas	Inscrições abertas no momento certo	Inscrições abertas quando necessárias
Resultado: Aumento das Qualificações Profissionais	Resultado: Aumento no Desempenho no Trabalho	Resultado: Aumento da capacidade crítica e visão sistêmica da organização
Operação: Função Administrativa	Operação: Unidades de Negócio	Operação: Todo ambiente da organização
Imagem: “Vá para o trabalho”	Imagem: “Universidade como Metáfora de Aprendizado”	Imagem: “Universidade deve prever aprender com os componentes de seu ambiente”

Fonte: Baseado em Cardoso e Carvalho (2006) *apud* Meister (1999).

As primeiras características apresentadas são muito próprias da teoria dos Chilenos Maturana e Varela (1995): a mutação ao meio e uma organização sistêmica, e, são essas duas qualidades que irão nortear todas as demais particularidades da organização desta nova organização de Universidade Corporativa.

Como pode ser percebida na quarta qualidade, responsabilidade compartilhada, agora a responsabilidade não é do chefe de departamento ou da alta administração, ela agora nesta sociedade complexa é compartilhada entre todos os membros da rede.

Nas ideias iniciais de capacitação toda a responsabilidade do conteúdo ministrado está a cargo dos instrutores, no segundo momento essa responsabilidade é repassada as novas tecnologias e na nova proposta autopoiética é idealizado trabalhar-se com metodologias

ativas, com seminários, para o aprendizado acontecer por meio de compartilhamento de experiências e confiança entre todos atores envolvidos.

Falar em confiança é algo primordial, porque para se estar disposto a compartilhar um conhecimento com outro quando tem-se confiança neste outro, isso fica mais latente quando fala-se em uma rede de organizações e atores como é proposto com a Universidades Autopoiética. Ahmadjian (2008) coloca o ambiente de capacitação conjunta entre organizações e atores é propício para formação de um *espaço Ba interorganizacional* o qual irá proporcionar a confiança necessária para troca de conhecimento entre membros desta rede.

Pode-se dizer que o ICON ao criar conhecimento se utiliza de uma visão integral como Maturana (2011) quando diz “todo ato de conhecer produz um mundo”. O ICON lida com diferentes conhecimentos, ou seja, emprega a interdisciplinaridade, assim como a ciência cognitiva é interdisciplinar e emprega lentes diversas, ou seja, diferentes olhares e visões de mundo.

É perceptível com o caso delineado neste trabalho que o Instituto é um ente social que está se recriando por meio da sua interação com o meio, bem como propõe a teoria de Maturana e Varela (1995). Percebe-se como um ser vivo não isolado dos demais e busca por meio de parcerias, acordos de cooperação técnica como meios de coprodução do conhecimento que será utilizado tanto internamente por seus atores como externamente por seus stakeholders ou mesmo o cidadão (DENHARDT: DENHARDT;2015).

## 6 Considerações Finais

Neste trabalho foi demonstrado que a nova sociedade a qual estamos inseridos, do conhecimento, tem levado as organizações instituírem meios para capacitar não só seus colaboradores, mas todo o ambiente que a circundam a fim de coproduzirem produtos e serviços intensivos em conhecimento (FREIRE et al.; 2016).

Neste sentido, foi apresentado o caso do Instituto de Contas do Tribunal de Contas de Santa Catarina, de forma analógica consegue contemplar alguns dos conceitos de acoplamento estrutural, da teoria de autopoiese de Maturana e Varela (1995). E, também o projeto do instituto caminha para tornar-se uma Universidade Corporativa aberta, em rede e perene para capacitar não só os membros do Tribunal como também as suas partes interessadas (municípios e outros órgãos estatuais) e atores da sociedade dispostos a fiscalizar e a co-produzir conhecimento nesta rede.

Essa coprodução do conhecimento engloba todas as aprendizagens que são processos que acontecem em domínios, o que consiste em aprender por meio da transformação estrutural vivenciando a experiência, na convivência entre várias universidades corporativas integradas em todo Brasil entre tribunais e universidades tradicionais e institutos de conhecimento.

Toda a aprendizagem do conhecimento sugere uma mudança na forma de acoplamento estrutural, ou seja, um modo de existir em um mundo (ser = conhecer), significando que a



aprendizagem lança uma mudança estrutural naquele que aprende, a qual é verificada pela própria estrutura atual, mas desfechada pelo domínio, com suas perturbações.

Realça-se que a teoria da autopoiese, por conseguinte o termo acoplamento estrutural, são complexos e inerentes ao estudo de seres vivos, então, quando se transporta o conceito para os sistemas abstratos e não biológicos tem-se em mente em fazer breves analogias destes sistemas sociais. Como resultado da analogia proposta para Universidade Corporativa em Rede, seria denominada como Universidade Autopoiética para abranger aspectos inerentes a teoria dos pesquisadores Chilenos.

A ideia proposta de Universidade Autopoiética é algo inovador para valorizar e capilarizar a forma do Tribunal observar as contas dos municípios do Estado de Santa Catarina, no entanto, é uma solução que já vem sendo colocada em prática também por outros órgãos com o advento do governo eletrônico e do governo aberto, como explica Chahin *et al* (2004) no início dos anos 2000 existiu uma experiência inicial com uma especialização *latu sensu* destinada a capacitar integrantes do governo federal com uma parceria entre Universidade Corporativa da Serpro - UNISERPRO e a Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF.

Ao falar em um ambiente propício a co-participação e a co-produção por meio desta Universidade Autopoiética vai se ao encontro da ideia de que deve ser serviço público contemporâneo, o Novo Serviço Público desenhado por Denhardt e Denhardt (2015) o qual o governo e suas organizações são abertos e propícios para a coparticipação de todos os atores a criarem novos serviços e bens públicos.

A semelhança dos organismos vivos que são autopoiéticos, ou seja, se auto produzem, a sua própria existência é um fazer e assim podemos pensar nas universidades corporativas auto produzindo novas unidades por analogia em rede, sem um lugar físico, mas por intermédio de redes conectadas entre si.

Estar no mundo é sempre uma forma de agir nele (ser = fazer), a aprendizagem do conhecimento ocorre de modo contingente à estrutura de quem aprende e ao domínio do qual participa.

A relação entre sujeito e mundo não define o que acontece com o organismo, mas pode gerar perturbações, e o resultado é definido pela própria estrutura do organismo que se modifica historicamente pelos acoplamentos nos domínios de ação em que participa.

Assim seriam as universidades corporativas em rede sofrendo acoplamentos estruturais entre si e transferindo conhecimento que se somaria e dessa forma não haveria apenas uma interação casual, mas também domínio de perturbações que afetariam sua estrutura, e, portanto, passariam a reagir a diferentes perturbações (ou reagir de forma diferente a certas perturbações). Ocorreria mudança nas possibilidades de ação das universidades, aprendendo, distribuindo conhecimento e partilhando conhecimento que é importantíssimo para o futuro.

Como pesquisas futuras sob essa temática sugere-se que sejam investigados o sentimento, por meio de pesquisas qualitativas, de participantes dos cursos, como o exemplo de Santos, Otowicz, Bastos e Macedo (2017), especializações propostas pelo Instituto de Contas sobre o compartilhamento de seus conhecimentos nos cursos feitos, auferindo se houve

SCHNITZLER, Edimeia Liliani; MARTINS, Pablo Procópio; ROVER, Aires José. A identificação de acoplamentos estruturais no processo de aprendizagem e formação proporcionada pelo ICON: Universidade Corporativa do Tribunal de Contas – TCE/SC. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 40-58, 2020.

coprodução de conhecimento com membros de outras organizações e outros aspectos propostos neste estudo.

Como visto, a maior parte dos aspectos levantados durante a aplicação deste caso vão ao encontro do que Matura e Varela (p. 8; 1985) pensam ser conhecimento: “é um fenômeno baseado em representações mentais que fazemos do mundo”. Mas, é importante destacar que segundo o pensamento dos mesmos autores o meio apenas perturba e a mudança acontece dentro do próprio ser para fora.

## 7 Referências

- AKUTSU, Luiz; PINHO, José AG. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: Investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, 36(5), 723-745.2002.
- ALVES, Marco Antônio Sousa. A Autopoiese em Maturana e Luhmann. **Revista do Centro Acadêmico Afonso Pena**, v. 6, n. 1, 2001.
- AHMADJIAN; C. L. (2008). **Criação do conhecimento interorganizacional**: Conhecimento e Redes. In: TAKEUCHI; H. e NONAKA, I. (2008). *Gestão do conhecimento*. Tradução Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- BRASIL. Constituição do Estado de Santa Catarina. Disponível em: < <http://www.alesc.sc.gov.br> >. Acesso em: 12 jan. 2019.
- \_\_\_\_\_. Constituição Federal de 1988. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: 08 jan. 2019.
- \_\_\_\_\_. Lei Complementar Federal 131/2009. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: 09 fev. 2019.
- \_\_\_\_\_. Lei Federal 101/2000. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: 09 fev. 2019.
- \_\_\_\_\_. Lei Federal 12.527/2011. Lei de Acesso à Informação - Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: 09 fev. 2019.
- \_\_\_\_\_. Tribunal de Contas do Estado. Prestação de Contas do Governo Municipal. Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial. Transparência: exercício 2018. Disponível em < <http://www.tce.sc.gov.br> >. Acesso em: 10 fev. 2019.
- \_\_\_\_\_. Lei Complementar n. 202/2000. Disponível em < <http://www.tce.sc.gov.br> >. Acesso em: 10 fev. 2019.
- \_\_\_\_\_. O Tribunal de Contas de Santa Catarina quer ouvir você. 2. Ed. Florianópolis: TCE/SC, 2015.
- \_\_\_\_\_. Resolução n. TC 06/2000. Disponível em < <http://www.tce.sc.gov.br> >. Acesso em: 15 jan. 2019.
- CARDOSO, L. A.; CARVALHO, S. do C. O papel das Universidades Corporativas no desenvolvimento das competências: um estudo de caso sobre a Universidade Petrobras. **SIMPEP**, v. 13, p. 2006, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 17ª edição, revista e ampliada. 2016
- CASTRO, Cláudio de Moura; EBOLI, Marisa. Universidade Corporativa: gênese e questões críticas rumo à maturidade. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 4, p. 408-414, 2013.
- CHAHIN, Ali. CUNHA, Maria Alexandra. KNIGHT, Peter T. **Governo eletrônico no mundo**. E-gov.br - A próxima revolução Brasileira: eficiência, qualidade e democracia, o governo eletrônico no Brasil e no mundo. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- DENHARDT, Janet V.; DENHARDT, Robert B. **The new public service revisited**. *Public Administration Review*, v. 75, n. 5, p. 664-672, 2015.
- FREIRE, P. et al. Universidade Corporativa em Rede: considerações iniciais para um novo modelo de educação corporativa. **Espacios**, v. 37, n. 5, 2016.
- SCHNITZLER, Edimeia Liliani; MARTINS, Pablo Procópio; ROVER, Aires José. A identificação de acoplamentos estruturais no processo de aprendizagem e formação proporcionada pelo ICON: Universidade Corporativa do Tribunal de Contas – TCE/SC. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 40-58, 2020.

- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. -. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, 2006.
- GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan G.; MEIJER, Albert J. Effects of transparency on the perceived trustworthiness of a government organization: Evidence from an online experiment. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 24, n. 1, p. 137-157, 2014.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- MAFRA, Marcelo da Silva. **A percepção dos auditores fiscais sobre as auditorias realizadas nos municípios pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A Árvore do Conhecimento: As bases biológicas do entendimento humano**. São Paulo: Editorial Psy II, 1995.
- MIRAGEM, Bruno. **A Nova Administração Pública e o Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, p. 320, 2011.
- MOTTA, L. G. **Observatório de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus. 2008. P. 18-38
- MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean Louis. **A inteligência da complexidade**. 3. ed. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis, 2004.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, Vanessa; OTOWICZ, Marcelo Henrique; BASTOS, Rogério Cid; MACEDO, Marcelo. Universidade Corporativa na Administração Pública: uma Análise da Percepção dos Alunos quanto à Contribuição De Um Curso De Especialização Em Controle Público. **Anais do VII Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação** 11 e 12 de setembro de 2017 – Foz do Iguaçu/PR.
- SCHOMMER, P. C. **Coprodução e inovação social na esfera pública em debate no campo da gestão social**. In: SCHOMMER, P. C.; BOULLOSA, R. F. (Org.). **Gestão Social como caminho para a redefinição da esfera pública**. Florianópolis: UDESC, P.31-70, 2011. (ENAPEGS; v. 5).
- SILVA, C. F.; VAZ, W.; SANTOS, E. M. F.; BALANIUK, R.; CHAVES M. C. **Dados Abertos: uma Estratégia para o aumento da transparência e modernização da Gestão Pública**. **Revista do Tribunal de Contas da União** n. 131, Brasília: Editora TCU, 01/jan. 2014.

SCHNITZLER, Edimeia Liliani; MARTINS, Pablo Procópio; ROVER, Aires José. A identificação de acoplamentos estruturais no processo de aprendizagem e formação proporcionada pelo ICON: Universidade Corporativa do Tribunal de Contas – TCE/SC. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 40-58, 2020.